

EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 04.149.295/0001-13



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
ATIVO									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa									
Consumidores e concessionárias									
Imposto de renda e Contribuição social a compensar									
Outros tributos compensáveis									
PIS e COFINS diferidos									
Empréstimos a receber									
Dividendos a receber									
Cauções e depósitos vinculados									
Ativos da concessão									
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo									
Outros créditos									
Total do Ativo Circulante									
Não circulante									
Imposto de renda e Contribuição social a compensar									
Outros tributos compensáveis									
PIS e COFINS diferidos									
Adiantamento para futuro aumento de capital									
Cauções e depósitos vinculados									
Ativos da concessão									
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo									
Outros créditos									
Total do Ativo Não circulante									
TOTAL DO ATIVO									
Investimentos									
Imobilizado									
Intangível									
Total do Ativo Não circulante									
TOTAL DO ATIVO									

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022	Nota	2023	2022	2023
Receitas									
Custo do serviço de energia elétrica									
Custo com energia elétrica									
Custo de operação									
Custo do serviço prestado a terceiros									
Lucro bruto									
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas									
Despesas gerais e administrativas									
Outras despesas e receitas operacionais									
Resultado das participações societárias									
Lucro antes do resultado financeiro e tributos									
Resultado financeiro									
Receitas financeiras									
Despesas financeiras									
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro									
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes									
Imposto de renda e contribuição social diferidos									
Resultado líquido do exercício									
Resultado por ação atribuível aos acionistas									
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)									
ON									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
Nota	2023	2022	2023	2022	Nota	2023	2022	2023	2022

<tbl_r cells="1" ix="4" maxcspan="10" maxrspan="1" used

...continuação

EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas Controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas Controladas (Nota 14).

A Companhia controla a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Transmissão Norte e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e suas Controladas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na suas Controladas diretas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a suas Controladas;
- As das demonstrações financeiras das Controladas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas Controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de suas Controladas identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições do mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8 Pronunciamento	01/01/2023	
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2 Pronunciamento	01/01/2023	
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12 Pronunciamento	01/01/2023	
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17 Pronunciamento	01/01/2023	
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPI 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A Orientação	04/08/2023	
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7 Pronunciamento	01/12/2023	
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retorno (sale and leaseback).	IAS 1/ IFRS 16 Pronunciamento	01/01/2024	
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21 Pronunciamento	01/01/2025	

3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28 Pronunciamento	Indeterminado	

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativo no exercício

4.1 Captação de recurso

Durante o exercício de 2023, a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES	jul/23	nov/35	75.000	IPCA + 5,93% a.a.	Implantação da linha de Transmissão do Lote Q
Cédula de Câmbio MUFG	nov/23	mar/24	25.000	CDI + 1,25% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida

Para maiores informações, vide nota 19.

4.2 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos nas transmissoras

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.052 de 09 de dezembro de 2022	A REN 1.052/22 aprovando a revisão do Módulo 1 e o Módulo 3 das Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica.	A controlada EDP Transmissão Litoral Sul precisará se adequar às novas regras estabelecidas pela REN que entrará em vigor em julho de 2023.
DSP nº 848 de 4 de abril de 2023	Em 4 de abril de 2023 foi publicado o DSP nº 848, acatando parcialmente o pedido de reconsideração da RAP ciclo 2022/2023 publicada na Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Nota 4.3).	Pleito da controlada EDP Transmissão Litoral Sul, acatando parcialmente, com o reconhecimento de R\$2.847. Os valores foram reconhecidos via Parcela de Ajuste na Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Nota 4.3).

4.3 Transmissoras - Reajustes tarifários

Os Contratos de Concessão estabelecem que as Controladas, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão na EDP Transmissão Litoral Sul, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingresso de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.216, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 3,94% de reajuste para a controlada.

RAP 2023 REH nº 3.216 RAP 2022 REH nº 3.067

63.173 60.781

4.4 Conclusão dos reforços em transmissão

Conclusão da instalação do 2º transformador 230/138-13,8kV, 150MVA na SE Tubarão Sul, aprovado pela Resolução autorizadora nº 9.975 de 11 de maio de 2021, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$3.296 (valor atualizado para o ciclo 2022/2023) na controlada EDP Transmissão Litoral Sul.

4.5 Reestruturação societária

Em 14 de março de 2023 a Companhia efetuou a transferência de controle acionário da companhia EDP Transmissão Norte 2 S.A. para EDP - Energias do Brasil, passando a totalidade das participações societárias, a valor contábil e o total de 1.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 cada.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Nota	Controladora	Consolidado
	31/12/2023 31/12/2022	31/12/2023 31/12/2022

Bancos conta movimento

Aplicações financeiras

Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Total

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados o custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito.

Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de suas Controladas a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDBs estão remuneradas à taxa de 101,00% do CDI da Companhia e, das Controladas, à taxa de 100,50% do CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxa variam entre 85,00% e 95,00% do CDI da Companhia e, das Controladas, a taxa de 85,00% do CDI.

6 Consumidores e Concessionárias

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Administração da Companhia e das Controladas elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, A Companhia e as Controladas

estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2031	Total	Não circulante
	107.700	113.521	105.477	105.410	107.210	4.763	544.081	

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar (Nota 18), Empréstimos a receber do exercício de 2022 e Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 9.4), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Consumidores e concessionárias (Nota 6)

Venda de Energia Elétrica

Relacionamento	Duração	Controladora e Consolidado						Receitas (Despesas) Operacionais	
		Ativo	Passivo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
		Circulante	Não circulante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2022							3.995	22.662
Controle comum	01/01/2021 a 31/12/2022	5.185						72.591	
Controlada em conjunto	01/01/2021 a 31/12/2022	3.664						9.579	37.225
Controlada em conjunto	01/09/2023 a 31/12/2023	1.045						9.579	1.234
Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022							2.725	
Coligada (*)	01/07/2022 a 31/12/2022	50.169						19.101	323.801
Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2023	42.682	33.298					539.285	311.747
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023	1						44	21
Controle comum (**)	01/03/2023 a 31/03/2023	1						51	13
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023							49	20
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023							21	20
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023							73	50
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023	26						40	
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023							2.030	
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023							1.652	
		43.755	92.316						
								581.817	775.791

Fornecedores (Nota 17)

Suprimento de energia elétrica

Relacionamento	Duração	Controladora e Consolidado						Receitas (Despesas) Operacionais	
		Ativo	Passivo	Receitas (Despesas) Operacionais					
		Circulante	Não circulante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2022							3.995	22.662
Controle comum	01/01/2021 a 31/12/2022	5.185						72.591	
Controlada em conjunto	01/01/2021 a 31/12/2022	3.664						9.579	37.225
Controlada em conjunto	01/09/2023 a 31/12/2023	1.045						9.579	1.234
Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022							2.725	
Coligada (*)	01/07/2022 a 31/12/2022	50.169						19.101	323.801
Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2023	42.682	33.298					539.285	311.747
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023	1						44	21
Controle comum (**)	01/03/2023 a 31/03/2023	1						51	13
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023							49	20
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023							21	20
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023	26						73	50
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023							40	
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023							2.030	
Parte Relacionada	01/03/2023 a 31/03/2023							1.652	
		43.755	92.316						
								581.817	775.791

Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo (Nota 10)

Relacionamento	Duração	Controladora e Consolidado						Receitas (Despesas) Operacionais	
		Ativo	Passivo	Receitas (Despesas) Operacionais					
		Circulante	Não circulante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022							17.445	
Controle comum	01/03/2021 a 31/12/2024	9.645						(120.833)	(145.640)
Controle comum	01/01/2023 a 31/12/2023	15.570	10.324					(174.234)	(217.868)
Parte Relacionada	24/01/2018 a indeterminado	42.682							
Parte Relacionada	24/01/2018 a indeterminado	1							
Parte Relacionada	24/01/2018 a indeterminado	1							
Parte Relacionada	24/01/2018 a indeterminado							(238)	(155)
Parte Relacionada	24/01/2018 a indeterminado							(32.273)	
Parte Relacionada	24/01/2018 a indeterminado							(38.001)	
Parte Relacionada	24/01/2018 a indeterminado							(16.037)	
Parte Relacionada	24/01/2018 a indeterminado							(21.106)	
Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2038							(49.092)	(43.797)
Coligada (*)	01/03/2021 a 26/11/2022	122	122					(259.856)	
Controle comum	01/07/2022 a 31/12/2022	1.866						(34.078)	(11.195)
Parte Relacionada	01/10/2021 a 31/12/2036	1.786	1.597					(19.228)	(13.262)
Parte Relacionada	01/10/2021 a 31/12/2036	1.786	1.597					(18.470)	(19.695)
Parte Relacionada	01/10/2021 a 31/12/2036	1.806	1.615						

...continuação

EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivo		145.206
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(32.000)
Aumento de Capital social - EDP Transmissão Litoral Sul		220.000
AFCAs realizados no exercício - EDP Transmissão Norte		(113.206)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		220.000

Os AFCAs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo as controladas assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

10 Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo

Os contratos celebrados pela Companhia visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda. A Companhia alterou o posicionamento para a comercialização dos contratos de compra e venda de energia no que diz respeito aos agentes em atendimento, sendo até 2019 substancialmente dentro do Grupo - EDP - Energias do Brasil e, a partir de 2020, tendo o objetivo também de comercializar com outros agentes. Em 2020, a Companhia identificou e julgou que ocorreram mudanças relevantes no mercado de energia, assim como alterações em sua própria metodologia de risco e estratégia na intermediação comercial entre geradoras e clientes finais.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro.

Destes modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as seguintes premissas:

(i) Exposição a diferença de preços entre submercados;

(ii) Direito dos clientes de flexibilizar entre 90% e 110% da energia contratada; e

(iv) Utilização da metodologia VaR (*Value at Risk*) para a gestão de exposição.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou negativamente o resultado líquido no montante de R\$51.985 (Em 31 de dezembro 2022, o impacto foi positivo totalizando R\$17.392), registrado no resultado do exercício de 2023 (Nota 24).

A movimentação dos compromissos futuros é a seguinte:

Controladora e Consolidado								
	Saldo em 31/12/2022	AVP	Adição exposição	Efeito encerrado	Contrato	Parcela realizada	Saldo em 31/12/2023	
Compromissos futuros	392.684	32.283	25.696	153.790	(54.235)	(214.818)	335.400	
PIS/COFINS Diferidos	(36.481)	(2.986)	(2.377)	(14.226)	5.017	19.871	(31.182)	
Total	356.203	29.297	23.319	139.564	(49.218)	(194.947)	304.218	
Ativo	2.294.634						1.851.265	
Passivo	1.901.949						1.515.865	
	392.685						335.400	
Ativo - Tributos diferidos	175.931						140.217	
Passivo - Tributos diferidos	212.413						171.399	
	(36.482)						(31.182)	

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora		Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023

Outros créditos - Ativo

Ressarcimento de custos - CDE/ RGR Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas

Outros Total

Ativo - Tributos diferidos

Passivo - Tributos diferidos

11.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11.2 Parcela de Ajuste - Transmissão

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.416 (R\$5.562 em 31 de dezembro de 2022) Circulante e R\$877 (R\$487 em 31 de dezembro de 2022) Não circulante, refere-se à estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023 na controlada EDP Transmissão Litoral Sul, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita das controladas, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.3).

12 Caúçares e depósitos vinculados

Controladora

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	20.1	10.566	16	637	11.219
Outros cauções		1.743	1.545	212	1.745
Total	12.309	1.561	849	(1.755)	12.964
Circulante		1.741			1.743
Não circulante		10.568			11.221

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	20.1	22.714	1.181	1.894	(1.666)	24.033
Cauções vinculadas a empréstimos, financiamentos e debêntures		3				3
Outros cauções		1.752	1.545	212	(1.755)	1.754
Total	24.469	2.726	2.106	(3.421)	(90)	25.790
Circulante		1.744				1.746
Não circulante		22.725				24.044

13 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão das Controladas.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nessa interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjetivos, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

As Controladas são remuneradas por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, as Controladas se enquadram no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as Controladas reconhecem a receita da construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as Controladas ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP tem a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela controlada apresentadas na nota explicativa 22 - Recotas.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa das regras dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituida uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As Controladas consideram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 28.2.3.

A movimentação das Controladas no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2022 (Notas 22 e 23)	Adições (Nota 22)	Remuneração (Nota 22)	Reajuste tarifário (Nota 4.3)	Margem na construção (Nota 22)	PIS/COFINS em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos da concessão	520.605	315.786	73.895	(37.879)	12.405		

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia e suas Controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Comercialização

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Comercialização de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

• **Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo:** A receita é reconhecida pela realização do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia (Nota 10).

Transmissão

As receitas das Controladas representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de consumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação dessa receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de -23,72% na EDP Transmissão Litoral Sul e de 0,33% na EDP Transmissão Norte sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas Controladas levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Controladas e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término das Linhas de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela controlada, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que as controladas estão autorizadas a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação dessa receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 218% na EDP Transmissão Litoral Sul e de 5% na EDP Transmissão Norte.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão das Controladas representam 13,65% a.a. na EDP Transmissão Litoral Sul e 7,45% a.a. na EDP Transmissão Norte para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das Controladas, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidas pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seu efeito apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Controladora	Consolidado
Nota	2023	2022
Energia de curto prazo	22.1	10.443 14.431
Comercialização de energia elétrica	22.3	3.488.390 3.734.599
Receita de construção	13	340.557 193.081
Atualização dos Ativos da concessão	13	73.895 45.537
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	13	27.107 14.450
Compromissos futuros		19.199
Parcela Variável - IPCA	11.2	14.165 27.788
Outras receitas operacionais	22.2	1.906 20.461 (44)
Receita operacional bruta	3.500.739	3.788.690 3.956.463
(- Deduções à receita operacional		4.049.041
Tributos sobre a receita		
ICMS		(146.282) (141.236) (146.282) (141.236)
PIS/COFINS		(307.548) (332.419) (323.886) (341.956)
ISS		(291) (291)
Encargos do consumidor		(453.830) (473.946) (470.168) (483.483)
P&D		(616) (324)
Outros encargos		(222) (38)
Receitas	3.046.909	3.314.744 3.485.457
22.1 Energia de curto prazo		3.565.196

A redução de energia de curto prazo decorre de uma melhora no cenário hidráulico, reduzindo o PLD médio para próximo ao mínimo valor anual e consequentemente a volatilidade, diminuindo o número de operações no mercado e sua receita.

22.2 Outras Receitas

A variação do saldo de outras receitas refere-se, substancialmente, ao recebimento de seguro em maio de 2022 decorrente do cancelamento de contrato com Brasil Comercializadora ocorrido em 2021.

22.3 Comercialização de energia elétrica

A redução dos contratos de comercialização de energia decorre do panorama geral dos preços de energia, os quais alinharam patamares baixos durante o exercício, provenientes da continuidade do cenário hidrológico favorável no SIN e níveis de reservatórios elevados.

23 Custo de construção da infraestrutura da concessão das Controladas

	Consolidado	
Nota	2023	2022
Terrenos	4.343	10.154
Edificações, obras civis e benfeitorias		17.677
Máquinas e equipamentos	280.981	131.946
Móveis e utensílios		102
Adiantamento a fornecedores	12.403	35.398
Gastos ambientais	5.299	1.935
Outros	12.760	18.202
Total	13	315.786 215.414

24 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas Controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e das Controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora
	2023
Custo do serviço de energia elétrica	
Com energia elétrica	Nota
24.1	3.163.350
De operação	
	51.985
Despesas operacionais	
Com terceiros	
24.2	5.602
15	6.244
	11.846
Material	
24.3	587
129	4.419
	5.135
Serviços de terceiros	
Depreciação - Imobilizado em serviço	
Depreciação - Ativos de direito de uso	
Amortização	
PECLD / perdas líquidas	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	
Arrendamentos e aluguel	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	
Outras	
Total	1.715 374 129 158 13.379 (1.232) 2.903.645
Controladora	
2023	
Custo do serviço de energia elétrica	
Com energia elétrica	Nota
24.1	2.828.473
De operação	
	51.985
Despesas operacionais	
Com terceiros	
24.2	5.602
15	6.244
	11.846
Material	
24.3	587
129	4.419
	5.135
Serviços de terceiros	
Depreciação - Imobilizado em serviço	
Depreciação - Ativos de direito de uso	
Amortização	
PECLD / perdas líquidas	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	
Arrendamentos e aluguel	
Outras	
Total	2.882.173 9.038 129 158 13.379 (1.232) 2.903.645
Controladora	
2023	
Custo do serviço de energia elétrica	
Com energia elétrica	Nota
24.1	3.163.350
De operação	
	51.985
Despesas operacionais	
Com terceiros	
24.2	5.602
15	6.244
	11.846
Material	
24.3	587
129	4.419
	5.135
Serviços de terceiros	
Depreciação - Imobilizado em serviço	
Depreciação - Ativos de direito de uso	
Amortização	
PECLD / perdas líquidas	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	
Arrendamentos e aluguel	
Outras	
Total	2.882.173 9.038 129 158 13.379 (1.232) 2.903.645
Controladora	
2023	
Custo do serviço de energia elétrica	
Com energia elétrica	Nota
24.1	2.828.473
De operação	
	51.985
Despesas operacionais	
Com terceiros	
24.2	5.602
15	6.244
	11.846
Material	
24.3	587
129	4.419
	5.135
Serviços de terceiros	
Depreciação - Imobilizado em serviço	
Depreciação - Ativos de direito de uso	
Amortização	
PECLD / perdas líquidas	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	
Arrendamentos e aluguel	
Outras	
Total	2.882.173 12.884 315.915 158 22.286 (1.882) 3.231.534
Controladora	
2023	
Custo do serviço de energia elétrica	
Com energia elétrica	Nota
24.1	2.828.473
De operação	
	51.985
Despesas operacionais	
Com terceiros	

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

	Controladora				Consolidado							
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Nota Níveis	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Passivos Financeiros												
Valor justo por meio do resultado												
No reconhecimento inicial ou subsequentemente												
Compromissos futuros - Instrumento Financeiro Derivativo	10 e	28.1.1.1 Nível 2	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949	1.515.865	1.901.949
Custo amortizado												
Fornecedores	17 Nível 2	246.004	256.606	246.004	256.606	260.320	273.777	260.320	273.777			
Empréstimos e financiamentos	19											
Moeda nacional	Nível 2	626.961	584.555	629.038	583.939	626.961	584.555	629.038	583.939			
Contratos de mútuo	Nível 2	119.722	105.711	119.722	105.711	119.722	105.711	119.722	105.711			
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9 Nível 2	1.428	1.022	1.428	1.222	1.701	1.319	1.701	1.519			
Arrendamentos e alugueis	Nível 2	1.866	1.022	1.888	959	2.080	1.191	2.104	1.150			
Licenças ambientais	20.2 Nível 2					2.812	3.494	3.675	3.449			
		995.981	948.916	998.080	948.437	1.013.596	970.047	1.016.560	969.545			
Total		2.511.846	2.850.865	2.513.945	2.850.386	2.529.461	2.871.996	2.532.425	2.871.494			

28.1.1.1 Contrato de compromisso futuro

Em 2023, a Companhia alterou a classificação de valor justo dos compromissos futuros do Nível 3 para o Nível 2 considerando estabilidade dos dados observáveis nas curvas de mercado, como cotações de preços futuros da energia da DCIDE(R).

28.1.1.2 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas Controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e suas Controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e suas Controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e suas Controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e suas Controladas desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

28.1.1.3 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e suas Controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

28.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas Controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pelo B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das Controladas e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de suas Controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas e diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor empréstimos, das licenças ambientais e arrendamentos e alugueis difere do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de preificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(iii) Arrendamentos e alugueis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

28.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e suas Controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita é a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

28.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos na Companhia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente convertíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. As Controladas não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

28.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e o Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e o Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos.

Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa conduta da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias do Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo contínuo que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

28.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentadas na nota 19, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco do mercado associado ao IPCA e ao CDI.

Adicionalmente, a Companhia decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 10). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço forward. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

Esta gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadradados na Política de Risco do Grupo EDP, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança que considera uma curva forward para o resultado do risco de mercado associado ao risco de preço de mercado.

28.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas Controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

...continuação

EDP - Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos	748.760	689.650	748.760	689.650
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(46.034)	(104.415)	(56.220)	(111.421)
(-) Cauções	(1.743)		(1.746)	(3)
Dívida líquida	709.983	585.235	690.794	578.226
Total do Patrimônio Líquido	498.845	389.018	498.845	389.018
Total do capital	1.198.828	974.253	1.189.639	967.244
Índice de alavancagem financeira - %	58%	60%	58%	60%

29 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

29.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2023					
	Controladora					
	Nota	Saldo em caixa	Efeito monetária	Variação Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
Aumento (diminuição) de passivos financeiro						
Dividendos	18	13.242	(13.098)		35.234	35.378
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	689.650	(31.743)	618	90.235	748.760
Arrendamentos e alugáuis	11	959	(361)		1.091	1.888
		703.851	(45.202)	618	199	786.026

	2022					
	Controladora					
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financeiro						
Dividendos		14.244	(14.244)		13.242	13.242
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		658.301	(57.678)		89.027	689.650
Arrendamentos e alugáuis		1.948	(332)		156	(813)
		674.493	(72.254)	156	101.456	703.851

	Consolidado						
	Efeto não caixa						
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12	3				3	
		3	-	-	-	3	

	Consolidado						
	Efeto não caixa						
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financeiro							
Dividendos	18	13.242	(13.098)		35.234	35.378	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	689.650	(31.743)	618	90.235	748.760	
Arrendamentos e alugáuis	11	1.150	(1.341)		308	1.987	2.104
		704.042	(46.182)	618	308	127.456	786.242

	Consolidado						
	Efeto não caixa						
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	3			3	
		-	3	-	-	3	

	Consolidado						
	Efeto não caixa						
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
Aumento (diminuição) de passivos financeiro							
Dividendos	18	14.244	(14.244)		13.242	13.242	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	658.301	(57.678)		89.027	689.650	
Arrendamentos e alugáuis	11	2.046	(529)		172	(539)	1.150
		674.591	(72.451)		172	101.730	704.042

	Consolidado						
	Efeto não caixa						
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	3			3	
		-	3	-	-	3	

	Consolidado					
Efeto não caixa						
Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022

<tbl_r cells="7" ix="5" maxcspan